

Resposta a uma recensão crítica da *Convenção Ortográfica da Língua Mirandesa*

por MANUELA BARROS FERREIRA

N O PRIMEIRO número da *Revista de Filoloxía Asturiana*, 2001, pp. 232-240, o Professor Fernando Álvarez-Balbuena García dedica uma recensão crítica à *Convenção Ortográfica da Língua Mirandesa* (Miranda do Douro / Lisboa, 1999). Ela pode vir a marcar, finalmente, o verdadeiro início de um desejável e possível diálogo científico que já tinha sido timidamente esboçado em 1995, após a publicação da *Proposta de Convenção Ortográfica Mirandesa*. Apesar de tardia, esta crítica é ainda extremamente útil, na medida em que é mais um elemento a alertar para a necessidade de uma segunda edição da *Convenção* de 99. De facto, a intensa prática de escrita que foi provocada pelo seu aparecimento veio pôr em evidência problemas que até então nunca se haviam colocado e que exigem ser revistos no seu conjunto. Parece-me ser ainda demasiado cedo para introduzir alterações de fundo, dado que os problemas de escrita que têm surgido não resultam daquilo que está estipulado mas sim de todos os aspectos que não se chegou a abordar e que são causadores de soluções improvisadas, de polémicas inter-dialectais e de novos focos de variação.

Venho responder como co-coordenadora da *Convenção*. Não sou mirandesa e desde o princípio estive consciente de que a minha origem

podia colocar sob suspeita sociolinguística o facto de ter despoletado a sua feitura e de ter participado em todo o processo. Porém isso não fez senão tornar-me mais aliciante o desafio. Agora, no momento de «passar o testemunho», creio ser conveniente intervir mais uma vez, assumindo culpas que certamente me cabem e explicitando as razões de algumas opções.

Os aspectos focados pelo Professor Álvarez-Balbuena são de diferentes tipos, agrupados em três grandes grupos: 1.- «Erros técnicos» (de teor linguístico); 2.- Soluções normativas consideradas criticáveis; 3.- Questões de planificação linguística.

Sigo a ordem pela qual foram apresentados.

1.- ERROS TÉCNICOS

- Extensão da palatalização de *l*- inicial em asturo-leonês (p. 233).

Sobre o caso de *lh*- inicial, diz-se na p. 21 da *Convenção*: «Esta característica do mirandês é comum ao leonês e ao asturiano ocidental». Tal como aponta o Professor Álvarez-Balbuena, em lugar desta frase deveria estar «A palatalização de *l*- inicial latino é comum à maior parte das falas asturo-leonesas».

- As funções do hífen e o caso de *guarda-rius* (pp. 233-234).

O Professor Álvarez-Balbuena não concorda com a utilização do hífen na palavra *guarda-rius* pois *lhe* é difícil crer que ela obedeça à condição indicada na p. 28 da *Convenção*, isto é, que os seus elementos mantenham a sua acentuação própria.

Respondendo: Existe em mirandês uma estreita relação entre a qualidade das vogais e a sua acentuação. Basta talvez dizer que, quer em sílaba átona no corpo da palavra, quer num contexto frásico de secundarização acentual, os ditongos *ie* e *ue*, *ien* e *uon* se reduzem. Assim, diz-se <bou a la fonte>, mas, na frase «bou a la fonte nuoba», a sequên-

cia «fuonte nuoba» pronuncia-se como <funte nuoba>. No entanto, continua a escrever-se *fuonte nuoba*, dado que na fala corrente as duas palavras não constituem uma unidade sintagmática com sentido específico. No caso de «guarda-rius», estamos perante um vocábulo mórfico com sentido próprio, onde a separação por hífen, além de corresponder à existência de acento no primeiro elemento (naturalmente, secundarizado), tem a vantagem de manter a transparência da composição da palavra. E, por fim, o caso da utilização do hífen insere-se no conjunto daqueles em que se preferiu optar para o mirandês regras de escrita coincidentes com as do português em vez de inventar regras novas ou de importar regras completamente alheias ao sistema em vigor em Portugal. Há factos inegáveis a ter em conta quando se faz uma análise da situação: o mirandês está completamente inserido num ambiente político e sociocultural português; os mirandeses alfabetizados são bilingues; e, do lado espanhol vizinho, a única norma relativamente conhecida em Miranda é a castelhana (este assunto – sem dúvida, o mais polémico – será retomado mais adiante).

Por todos estes motivos, considero que o «erro do guarda-rius» apontado pelo Professor Álvarez-Balbuena não é um erro, mas que a formulação da regra apresentada na *Convenção* deveria ser completada, explicitando que se aplica apenas a vocábulos com sentido próprio.

- Artigo vs. pronome demonstrativo (p. 234).

A *Convenção Ortográfica* começa por considerar os elementos *l*, *ls*, como artigos definidos masculinos. Mais adiante, na tabela de pronomes demonstrativos, incluem-se entre os demonstrativos masculinos *lo*, *l / los*, *ls*; e entre os demonstrativos neutros, *l*. Para esta categoria pronominal são dados os seguintes exemplos:

- a) A eilhes amporta-le pouco *lo / l* que fagas;
- b) *Lo / L* que bou a pedir-te yê un fabor;
- c) *La* que tu conheces nun yê Marie;

d) *Lo / L* que tu conheces nun yê Joquín.

Com base nestes exemplos, a recensão aponta três erros:

1) O facto de *lo, los* não estarem incluídos entre os artigos masculinos mirandeses.

O caso não passou despercebido: além de *l, ls*, em algumas localidades raianas aparece *lo, los* como artigo, estando mais atestada a presença do plural que do singular. De tal forma que já José Leite de Vasconcelos (*Philologia Mirandesa*, I, 360)¹, considerava *los* como uma variante dialectal do artigo masculino plural. Numa convenção mais abrangente, que se propõe dar conta da variação dialectal existente, deveria pois ser mencionada a existência de *lo, los* como artigos masculinos.

2) O facto de, em todos os exemplos a), b), c) e d), *lo / l, la* serem considerados pronomes demonstrativos, quando deveriam ser considerados artigos. Segundo o Professor Álvarez-Balbuena, trata-se de «casos d'artículo en función de trespositor a categoría substantiva».

Para além da ambivalência original de artigo e demonstrativo, a análise que nós, os autores da *Convenção*, fizemos enquadrar-se na tradição gramatical portuguesa, que é diferente da análise feita por gramáticas de Espanha. Para as gramáticas portuguesas clássicas, o elemento *a, o, as, os* é demonstrativo «a) quando vem determinado por uma oração ou, mais raramente, por uma expressão adjectiva, e tem o significado de *aquele(s), aquela(s), aquilo*» (como em «O homem que ri, liberta-se. *O* que faz rir, esconde-se», «Ingrata para *os* da terra, / boa para *os* que não são», «Era terrível *o* que se passava») e, ainda, «quando, no singular masculino, equivale a *isto, isso, aquilo*, e exerce as funções de objecto directo ou de predicativo, referindo-se a um substantivo, a um adjectivo, ao sentido geral de uma frase ou de um termo dela» (como

¹ Cito: «Observação.— Em sendinês diz-se no sing. *l*, como no mirandês da raia e do centro, mas no plural ouvi dizer *los = lus*, fôrma que em verdade também por vezes se ouve nas localidades onde normalmente se diz *ls*».

em «Ser feliz é o que importa, / Não importa como o ser!», Celso Cunha e Lindley Cintra, *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Lisboa, Ed. João Sá da Costa, 1984, pp. 340-341). Também gramáticas de orientação mais moderna (entre as quais a *Gramática da Língua Portuguesa* de Maria Helena Mira Mateus *et alii*, 2ª ed., Lisboa, Caminho, 1989) analisam os mesmos elementos como deícticos / pronomes demonstrativos. Porém, as gramáticas espanholas qualificam este mesmo elemento (com as formas morfológicas respectivas) como artigo. Estas interpretações têm feito parte, até muito recentemente, dos axiomas da linguística de cada um dos países. Um dos argumentos a favor do pronome costuma ser encontrado em expressões paralelas de outras línguas, em que aparecem as formas exclusivas do demonstrativo. Acontece porém que mesmo esta evidência está hoje a ser posta em causa. Dada a inexistência de uma nova interpretação, consensual, no momento em que foi elaborada a *Convenção*, seguiu-se neste caso, como para tudo o resto, uma nomenclatura clássica. Este caso mostra que uma eventual reedição da *Convenção Ortográfica* deveria ultrapassar tais divergências de interpretação, adoptando classificações mais modernas e o menos polémicas possível.

3) O facto de o paradigma dos artigos mirandeses não incluir a categoria de neutro.

Retomando a citação do Professor Álvarez-Balbuena, nos exemplos *a)* e *b)* estaríamos perante um artigo neutro.

Que se trate de um neutro nas frases *a)* e *b)*, é um facto que não levanta grandes dúvidas: *l* é, aí, tão neutro como o seriam *isso* ou *aquei-lho*. Mais uma vez segundo as gramáticas tradicionais portuguesas, o único resquício de neutro que o português conserva encontra-se, precisamente, entre os demonstrativos – e esta observação seria extensível ao mirandês. Por conseguinte, a existência ou não existência da categoria de «artigo neutro» em mirandês é mais um assunto em aberto, que exigiria uma demonstração sintáctica.

• Continuando pois a admitir a classificação de «demonstrativo neutro», verifica-se porém que a tabela de pronomes demonstrativos da p. 33 da *Convenção* contém uma falha. Considerando os exemplos *a)* e *b)* (atrás apresentados) como correctos, então, na última caixa da tabela, em vez de *aquilho, l, aqueilho*, deve aparecer *aquilho, l / lo, aqueilho*.

• Verbos regulares entre os irregulares (p. 234).

Citando: «Na parte qu'illustra les conjugaciones de los verbos irregulares inclúyense verbos qu'en mirandés presenten paradigmas plenamente regulares, como son *chubir* (páx. 46) y *oubir* (páx. 53), y que, en consecuencia, nun tendríen que parecer equí».

Trata-se, de facto, de um erro de desatenção, que deverá ser corrigido.

• Enquadramento dos numerais (p. 235).

Citando novamente: «la inclusión de los numberales cardinales había facese nel partaz dedicáu a los paradigmas morfolóxicos, co los demás cuantificadores, y non na amuesa léxica del final de la obra (páx. 61)».

Não tendo sido incluída a categoria de «quantificadores», tal como não o foram as de «determinantes», «especificadores», «deícticos», etc., não me parece errada a nossa opção. De qualquer modo, numa futura edição em que aparecessem também os ordinais, seria recomendável que se fizesse outro enquadramento.

2. SOLUÇÕES NORMATIVAS CONSIDERADAS CRITICÁVEIS

a) Critérios para a escrita *j* (p. 235).

Segundo as palavras do Professor Álvarez-Balbuena, não é claro o critério seguido em palavras que se escrevem com *j* ou com *ge, gi*.

A *Convenção* aconselha a que (nos casos em que a pronúncia é igual à do português) se respeite a etimologia, o que equivale a dizer que nas

palavras que também pertencem ao português se deveria seguir o seu modelo. A palavra *registar* escreve-se com *g-* porque a sua base etimológica o recomenda e é também assim que se escreve em português. Quanto a *quaije* e *rejistir* em vez de *quaise* e *resistir*... a razão dessa escrita está no facto de corresponder a uma pronúncia generalizada em terras de Miranda. Considerámos sempre este aspecto um factor decisivo quando tivemos de escolher entre o critério etimológico e o fonológico.

Como se pode observar, a questão das fricativas mirandesas não foi plenamente explicitada na *Convenção Ortográfica* e nem sequer foi tratado o problema da adaptação dos numerosos empréstimos que o mirandês recebe do português. Numa tentativa de sistematizar minimamente alguns casos, foi elaborada uma *Proposta de Adenda 2* (relativa a empréstimos de palavras com *x*) que tem um certo interesse para o caso aqui tratado. Essa proposta foi submetida à apreciação pública em <<http://mirandes.no.sapo.pt>> mas não teve consagração «institucional», embora seja aplicada por alguns escritores. O caso que o Sr. Professor refere é, nesse texto, alvo de uma pequena observação, que aqui transcrevo:

«Obs.: Há quem diga e escreva *eijiste*. Este caso interfere com o da transcrição de palavras que em português têm *-s-*. A *Convenção Ortográfica* (p. 20) aponta que em mirandês, por vezes, um primitivo *-s-* áptico-alveolar sonoro, quando está junto de vogal ou semi-vogal palatal (em palavras tais como *resistir*, *quaise*, *quiso*), se torna alveo-palatal [sonora], escrevendo-se, por conseguinte, *rejistir*, *quaije*, *quijo*. Noutras palavras, a pronúncia oscila entre a de *-s-* e *-j-*, consoante as localidades (*besita* e *bejita*, *presidente* e *prejidente*). Nestes casos de variação local, é aconselhável adoptar a escrita mais próxima da etimologia directa, isto é, *besita* e *presidente*. Já palavras como *curjidade* e *curjidoso* deverão ser escritas com *j*, dado que são assim pronunciadas por todos, existem numa zona do país muito mais vasta que a do mirandês e já estão dicionarizadas mesmo em português»².

² Como é sabido, *j* pronuncia-se em português tal como o da palavra francesa *jeune*.

b) O Professor Álvarez-Balbuena faz notar (p. 235) que o uso de ζ e z «nel marxe postnuclear de la sílaba» marca uma ruptura nos critérios fonológicos e / ou etimológicos de outras soluções propostas na *Convenção*. Tem o Senhor Professor toda a razão. Porém, perante o arcaísmo do sistema de sibilantes mirandês, considerámos que, neste caso, deixar a escrita guiar-se pelas regras da pronúncia permitia, por um lado, tornar clara a passagem do nível fonológico ao nível fonético e, por outro, evidenciar as transformações que a história da língua impôs (e que, sendo diferentes daquelas que o português normativo apresenta, não seriam imediatamente dedutíveis por outros portugueses se se tivessem seguido os critérios apontados na recensão). A solução tomada mostrou-se viável, pois «funcionava». E funcionava por diversas razões. A principal está no próprio inventário fonológico da língua, que contém fricativas surdas vs. sonoras. Outra está no facto de esse modo de escrever corresponder, precisamente, à pronúncia mirandesa: se ζ [s], não pode pronunciar-se, em determinado contexto, senão como [z], porque não grafar, precisamente, z ? (Note-se que o correspondente sonoro de ζ é mesmo [z], com o valor que este símbolo tem no IPA, e não aquele que é indicado na recensão, p. 235, linha 18). Assim, sendo esse o modo como as pessoas realizam regularmente as suas palavras patrimoniais, e havendo sinais gráficos que correspondem perfeitamente a essa pronúncia, será mais fácil e imediato confiar nela do que escrever uma coisa para ler outra. Outra razão para escrever ζ e z em fim de sílaba e b em lugar de v é de carácter sociolinguístico. Há que ter em conta que o mirandês não tem uma tradição de escrita tão antiga e continuada como outras línguas ibéricas; não teve ortografistas do Renascimento imbuídos de um espírito classicizante; não tem documentos escritos da sua existência arcaica nem um *corpus* antigo em que se apoiar – exceptuando algumas palavras que aparecem num ou noutro documento leonês; e, como é bem sabido, apenas no fim do século XIX alguém ten-

tou transcrever o que então se ouvia nas aldeias de Miranda. Assim, é a própria fala viva, preservada no meio rural camponês, que constitui ainda hoje o melhor repositório de testemunhos sobre a história da língua. A tentativa de encontrar regras fonético-fonológicas comuns a todas as variedades pareceu-nos, por si só, constituir um avanço em relação ao que anteriormente se sabia sobre o funcionamento da língua.

c) A confusão que provoca a grafia *cinquenta* (p. 236).

Os mirandeses são portugueses e aprendem a escrever em português. 50 pronuncia-se em mirandês, tradicionalmente, como em português. Escrevendo-se em português *cinquenta*, se se adoptasse uma escrita diferente para o mirandês isso iria provocar desnecessárias falhas gráficas numa ou noutra língua.

d) Grafia de «ua» (p. 236). Proposta da recensão crítica: a sua substituição por *un-a*.

A escrita desta palavra foi, de todas, a que demorou mais tempo a resolver. Como o Senhor Professor faz notar, a realização de uma consoante nasal velar entre *u* e *a* nem é geral em mirandês nem é representável com letras normais. A solução *u* encimado por til (˘) e seguido de *a* pareceu-nos viável. Porém um *u* com til é difícil de conseguir e de transmitir por via informática. Experimentaram-se várias soluções alternativas: *un-ha*, *un-a*, *un'a*, *unga*, *u-a*, *um-a*... e todas elas foram recusadas por um ou vários elementos da equipa, com base em argumentação caso a caso.

3. QUESTÕES DE «PLANIFICAÇÃO LINGÜÍSTICA»

e) Pergunta o Sr. Professor Álvarez-Balbuena (p. 237): Sendo a *Convenção Ortográfica* um trabalho de planificação linguística, porque não está escrita em mirandês? Acrescentando: «¿Ye porque esta *Convenção* ta tan dirixida a Miranda como al restu de Portugal, o ye porque la subordinación diglósica del mirandés al portugués sigue presente mes-

mamente ente los beneméritos miembros del equipu autor de la *Convenção*, qu'escueyen la qu'en Miranda ye la llingua A (el portugués) pa presentar, formalmente, una propuesta d'ortografía mirandesa?».

A principal razão está no simples facto de que a *Proposta de Convenção Ortográfica Mirandesa*, de 1995, foi o primeiro tentame de unificação da escrita que surgiu na história da língua mirandesa³.

Nesse momento, já não se tratava bem da habitual situação diglósica definitória das línguas minoritárias, mas de uma fase terminal, um quase colapso, provocado pelo desaparecimento acelerado da população camponesa que foi a guardiã da língua durante séculos. Este idioma dispunha, em 1995, de um único professor da língua numa única cadeira de opção numa única escola; de um único grande historiador; de um único especialista em literatura oral; e de um ou outro estudioso de aspectos vários da cultura mirandesa. Foi com essas pessoas que se fez a *Convenção*. Devido às circunstâncias de voluntariado em que se trabalhou e à leveza organizativa do projecto, todo o grupo era português, sendo o português a única língua em que qualquer um dos participantes podia escrever livremente, sem constantes hesitações ou receios de errar.

³ Entre 1995 e 1999 apenas quatro pessoas se manifestaram, publicamente, capazes de escrever segundo as normas preconizadas – Domingos Raposo, António Bárboles Alves, Moisés Pires e José Francisco Fernandes. O *corpus* escrito disponível era, por conseguinte, reduzidíssimo. Além disso, havia muitos problemas por resolver e escassa capacidade de difusão das soluções adoptadas. Por isso foram raros os trabalhos que se publicaram entre essas duas datas: o primeiro data de 1998. Trata-se de um livro de poemas *Miranda yê la mie Tiêrra*, de José Francisco Fernandes. Em Setembro desse mesmo ano, no dia da aprovação, pelo Parlamento, da lei que oficializou a língua mirandesa foi lido um texto que fora redigido em mirandês por Domingos Raposo. Em 1999 apareceu mais um livro – *Lhiteratura oral mirandesa. Recuólha de textos an mirandês*, de ANTÓNIO BÁRBOLES ALVES. Mas apenas a partir de 2000, e sobretudo a partir de 2001, Ano Europeu das Línguas, passou a haver uma produção de textos em mirandês relativamente regular.

Perante este panorama, é fácil de compreender que entre 1995 e 1999 não houvesse ainda gente preparada e disponível para escrever, em mirandês, um documento onde se instituíam as primeiras regras de... escrever em mirandês! Basta dizer que todos os termos linguísticos a utilizar seriam empréstimos totalmente novos. Incorporá-los, na escrita, significava estar a resolver problemas que ultrapassavam em muito o âmbito possível de uma primeira convenção, destinada essencialmente ao registo de palavras patrimoniais. Dever-se-ia escrever *Ortográfica?* Ou *Ourtográfica?* E *Pronome Objecto Indirecto* escrever-se assim mesmo, ou passaria a ser *Pernome Oujeto Andereto?* Se tivesse sido possível, nessa altura, escrever tudo em mirandês, teria sido feita, sem qualquer dúvida, uma edição bilingue.

f) «El casu ye que la influencia de la ortografía portuguesa sobre les normas de la *Convenção* ye mui vultable» (p. 237).

A chamada «influência portuguesa» tem sido constantemente alvo das críticas de linguistas estrangeiros – mesmo de alguns cuja língua «regional» tem seguido as normas gráficas da língua dominante. É que, a menos que se tratasse de normas elaboradas por pessoas com grafias próprias completamente diferentes (árabes, eslavas, gregas...), sempre o sistema dominante influenciaria as decisões tomadas. Ao longo deste texto tenho vindo a assumir, como explicação das coincidências e das divergências de escritas entre o mirandês e o português, o facto de existirem semelhanças e diferenças fonético-fonológicas entre as duas línguas que se pretendeu pôr em relevo. Era necessário demonstrar a individualidade do mirandês em relação ao português, dado que, sem isso, seria impensável que se propusesse ao Parlamento o seu reconhecimento como «outra língua». Porém existiam também outros motivos. É de mencionar, por exemplo, que alguns pais proibiam, e ainda proibem, a inscrição dos seus filhos nas aulas de mirandês por considerarem que a aprendizagem da escrita mirandesa prejudica a aprendizagem do portu-

guês. Este motivo, de ordem puramente social, pareceu-nos tão forte que não podia ser ignorado, sob pena de se condenar, à partida, a transmissão da língua através do ensino. E ainda havia aquele outro motivo que o Sr. Professor invoca: pretendia-se de facto que a escrita do mirandês fosse correctamente interpretada por qualquer outro português, em qualquer ponto do país. Assim, subjacentes a toda a *Convenção* estavam os seguintes princípios metodológicos: tudo o que fosse patrimonial e semelhante ao português se escreveria como em português; para tudo o que fosse diferente seriam encontradas soluções, por tipos de casos e não palavra a palavra, que correspondessem a critérios genéricos pré-definidos (e que são expostos na própria *Convenção*).

Vejamos pois a esta luz as opções que o Professor Álvarez-Balbuena considera discutíveis – e que, certamente, o são, como todas as demais:

- 1) Grafia *o* para representar a vocal átona final [u] (p. 237).

Em português, *-o* átono final lê-se [u]. Trata-se também de uma tradição da escrita mirandesa, desde José Leite de Vasconcelos, no fim do século XIX. Não existem em mirandês palavras cujo teor se traduza por uma oposição *-o / -u* final precedido de consoante (o que, em asturiano, acontece).

Além disso, em português, as palavras oxítonas que terminam em *-u* não levam acento gráfico. Assim, as palavras *peru*, *luzencu*, *tabu* dispensam o acento e lêem-se como se fossem **perú*, **luzencú*, **tabú*. Em resultado deste hábito de leitura, quando um locutor português tem de ler em voz alta, por exemplo, os nomes romenos em *-escu* (*Popescu*, *Calinescu*...) coloca o acento tónico na última sílaba, o que torna os respectivos nomes... um tanto ridículos. O mesmo aconteceria com as palavras mirandesas se acabassem em *-u*, ao serem lidas por qualquer outro português.

- 2) «escoyeta de los dígrafos <lh> y <nh> (...)» (p. 237):

Como disse atrás, trata-se de uma tradição portuguesa antiquíssima. Também ela existe em Mirandês ininterruptamente desde José Leite de Vasconcelos. É breve a tradição, mas tem um certo peso.

3) «inexistencia –o existencia testemuñal– del grafema <v> (norma de xustificación fonolóxica, non etimolóxica, dictada por oposición al portugués –y polo tanto indirectamente determinada por esta llingua– (...))» (p. 237).

Aqui, fiquei um pouco perplexa: mesmo quando não tivemos em conta a norma portuguesa estávamos a obedecer-lhe?! Neste ponto, há uma clara diferença do uso mirandês em relação à pronúncia portuguesa padrão. É justo que a grafia seja diferente. Aliás, o Professor Álvarez-Balbuena, como afirma na alínea *b*), não é contra as normas de justificação fonológica. Porque razão há-de ser contra esta? Se há línguas que adoptam *x* em vez de *ge*, porque não escrever *b* em vez de *v*, se o [v] não existe no inventário fonológico da língua? Neste caso, se o modelo português fosse imposto, teríamos que os mirandeses, embora dizendo *lhibro* e *Febreiro*, seriam induzidos a escrever *lhivro* e *Fevreiro* (dado que em português se escreve *livro* e *Fevereiro*).

4) «usu del guión colos pronomes átonos enclíticos al verbu y nes secuencies pronominales» (p. 237).

Estamos mais uma vez perante um assunto em que nos sentimos «gaulses irreductíveis». A transparência morfológica parece-me ser, neste caso, ainda mais necessária que no das palavras compostas.

5) «sistema d'acentuación inspiráu nes normas portuguesas» (p. 237).

Há, certamente, casos em que a acentuação inspirada nas normas espanholas seria mais clara e fácil – por exemplo, o da acentuação de palavras oxítonas e paroxítonas terminadas em *-n*. Embora as pessoas que agora escrevem e lêem mirandês já se tenham habituado ao modo

convencionado, trata-se de um aspecto que exige reflexão, sobretudo se se generalizar a escrita de *uo* e *ie* sem acento circunflexo.

7) «etc., etc.» (p. 237).

Esta repetição do *etc.*, que o expande indefinidamente, revela até que ponto as propostas contidas na *Convenção* mirandesa desagradam ao Senhor Professor Álvarez-Balbuena. As razões desse desagrado são expostas na sua recensão:

«Ûn de los problemas que plantia esta bipolaridá de llingües normatives ye considerar si'l nuestro dominiu llingüísticu (pequeñu n'extensión territorial, modestu en número de falantes y sometíu a un grave procesu de substitución llingüística) puede dase'l luxu de char a andar dos modelos llingüísticos normativos (...)» (p. 238, 3º parágrafo).

Pois precisamente por o mirandês ser falado numa pequena extensão territorial, separada pelo castelhano do resto do seu antigo domínio linguístico; por ter escasso número de falantes e por estar submetido a grave processo de substituição linguística é que pode dar-se ao luxo de não se diluir em qualquer norma que lhe seja estranha; pelo contrário, é essa situação precária que lhe dá o direito de afirmar a sua individualidade, já de si tão ameaçada. Se tivesse havido maiores contactos, maior conhecimento mútuo, entre mirandeses, leoneses e asturianos; se todo o processo tivesse sido o resultado de uma planificação conjunta, inter-universitária, em vez de se apresentar como o ponto de arranque possível num momento politicamente propício; se esta *Convenção* não fosse uma base de trabalho *sine qua non...* então teria sido possível estabelecer bons entendimentos, após longas discussões e após muitas e, sem dúvida, agradabilíssimas visitas mútuas.

Embora considere uma aproximação das escritas asturo-leonesa e mirandesa positiva e desejável, penso que, no futuro imediato, a prioridade ainda continua a ser a unificação interna do mirandês. Talvez seja elucidativo expor algo que aconteceu depois da publicação da *Convenção* de 1999. No início do ano 2000, a fim de unificar ainda mais a

grafia, tornando-a aceitável para os escritores sendineses⁴, foi criada uma Adenda que eliminava o acento circunflexo dos ditongos *iê* e *uô* (o que até aproximava um pouco mais a escrita mirandesa da escrita asturo-leonesa). Pois bem: hoje, há os que escrevem *-ie* e *-uo* (e que constituem a maioria); há os que escrevem *-iê* e *-uô*; há os que aceitam, para o sendinês, as normas da *Convenção*; e há quem continue a achar que a variedade sendinesa não deve seguir as normas mirandesas. Nos jornais de Trás-os-Montes são publicados artigos em tom aceso que reflectem estas polémicas. Isto prova duas coisas: por um lado, que estamos ainda longe de um consenso interno; e por outro, como uma alteração introduzida na *Convenção* foi considerada como uma espécie de atentado à sua integridade.

Ora o mirandês já tem duas línguas de maior prestígio a invadí-lo e a calá-lo: o português em todas as suas instituições e o espanhol no comércio. Suportaria o mirandês ainda outra «norma tecto», num momento crucial, em que nem sequer consegue unificar a escrita de uma centena de pessoas? (pois nem tantas haverá que escrevam em mirandês). Será a existência de duas normas diferentes – asturiana e mirandesa – o que levará a, ou contribuirá para, o progressivo desaparecimento do mirandês? Não creio, pois não é essa a causa de o mirandês ir deixando de se falar. A principal razão está no facto, incontestável, de que os camponeses que o sustentaram durante séculos estão em vias de desaparecimento. Hoje, os filhos e netos desses camponeses já não são analfabetos. Lêem e escrevem. Escrevem português, falam português e espanhol, conhecem cada vez melhor o inglês e já há domínios (o científico, precisamente) em que o inglês ultrapassou a língua nacional. Lamentavelmente, raríssimos são os que o sabem; asturiano, julgo que ninguém o fa-

⁴A vila de Sendim possui o dialecto mirandês mais diferenciado de toda a zona. Entre os traços que o definem está a redução dos ditongos: *ie* > *i*, *uo* > *u*.

la. Nestas circunstâncias, os jovens mirandeses, habitantes de um enclave linguístico⁵ que resulta de um antigo *continuum*, redescobrem a língua dos seus avós camponeses como uma raridade preciosa, um sonho de identidade – e isso porque ela lhes aparece agora prestigiada, tanto pelo seu estatuto de oficialidade como pelo facto de ter entrado no mundo da escrita. Trata-se, de facto, de um privilégio exclusivo de pessoas que usufruem de duas línguas desde a nascença e que vivem num meio atento à importância dos valores locais. Como afirma Carme Junyent, «es preciso que en su enseñanza no se pase por alto su origen histórico como testimonio de un continuo sumergido por la difusión del español y el portugués» (*ibidem*, p. 22). Acontece, como já foi tanta vez dito, que, embora fiel a traços fundamentais dessa origem, o mirandês, precisamente porque não se extinguiu, tão-pouco podia ter parado no século XIII. Evoluiu, diferenciou-se do tronco comum e criou os seus próprios (micro-)dialectos. E, tal como hoje é, constitui um património que o país respeita – como o prova a unanimidade que obteve no Parlamento a proposta de lei para o seu reconhecimento. Tratando-se de uma língua seriamente ameaçada (tal como alguns milhares de línguas mais), agora, o que é urgente é que fale mais, que cante mais e também que escreva mais, do modo mais intuitivo possível – não só a fim de continuar a existir na fala quotidiana, mas também para que assegure um bom, sólido e perdurável testemunho da sua existência. Este objectivo está sendo atingido em cada dia que passa, com produções literárias de uma beleza admirável.

Afirma ainda o Professor Álvarez-Balbuena (p. 238, 2º parágrafo) que ambos os modelos de língua normativa [o asturiano e o mirandês] «ña-

⁵ Cf. CARME JUNYENT, «Los enclaves lingüísticos. Enfoque general: Definición de enclave lingüístico. Situaciones y perspectivas de los enclaves lingüísticos en la Unión Europea», em *Anclaves lhenguísticas na Ounion Ouropeia / Enclaves lingüísticos en la Union Europea / Linguistic enclaves in the European Union*, Barcelona, CIEMEN, 2002.

cen cola voluntá de constituyise en llingua estándar». Se entendermos língua standard como «una variedá llingüística modélica, de referencia común, socialmente non marcada, qu'una comunidá de falantes emplega nos ámbitos formales, cultos y supradialectales», devo dizer que convém distinguir entre a constituição de uma norma escrita e a promoção de um modo ortofónico específico. Em nenhum parágrafo, nem em qualquer nota da *Convenção* mirandesa, aparecem indicações sobre um modo de falar (idealmente) não marcado, que seja mais recomendável que outro. Parte-se, sim, da variação existente, mas com o intuito de que, numa escrita comum, convencional (ou seja, de contrato social formalizado), cada aldeia possa «ler» o seu modo específico de falar. Segundo a minha opinião, deve-se tentar unificar internamente a escrita, porém nem a escola, nem as gramáticas, deveriam exercer qualquer pressão no sentido de impor um modo de falar uniforme. Deveriam, sim, chamar a atenção para a variação existente, explicando os seus fundamentos. Para mim, isto é evidente, não apenas no que concerne o mirandês, mas todas as variedades locais de não importa que língua.

Porque o que une as pessoas são as suas marcas de identidade, que se vão alargando em círculos, acompanhando os círculos concêntricos ou tangenciais em que se inscrevem as suas relações sociais. Neste momento, parece-me que o que importa ao mirandês é o efeito de pedra no lago que a utilização da língua, falada, ensinada e escrita, ultimamente vem provocando.

Para concluir, agradeço ao Senhor Professor Álvarez-Balbuena a atenção que prestou à *Convenção Ortográfica da Língua Mirandesa*, contribuindo desde logo para o seu melhoramento. Espero que possa e queira continuar a fazê-lo. Pois estou confiante em que, de onda em onda, os círculos de comunicação que em tantos outros planos já se cruzam entre Miranda, Leão e Astúrias (e Portugal, naturalmente) irão provocando a revivescência desta água.